Hi all,

Sorry about my English. I hope I do not betrayed my thinking.

Thank you for the very interesting e-conversation. I would like to comment on Martim point. My comment intend to show how preconceptions about what is social evolution is imbedded on arguing.

It seems to me, by the reading of the short lines of Martim interview, that his argument goes like this: least advantage people will not choose to enter monopoly game, or if they do so they will not be equal opportunities to compete. In a BI´s new situation, least advantage people will not be protected by social control systems that today segregate them from mainstream economy/society. New comers to economy playground will be easily crashed by their more experienced and educated competitors.

If my understanding of Martim argument is right, I agree with him. Least advantaged people with BI warranties of income will be out of social systems support that today separate them from mainstream society and, as free people – as slaves set free less than 2 centuries ago – they risk social and political hill and discriminative treatment. For a long time.

For me is clear that is wrong to support any BI scheme. It will need full and profound scrutiny and local adaptation to political and policy situation.

BI can strength social discrimination. I think that this will happen unless a strong social and political movement for freedom for all will not spring at the same time BI policies advance.

That is why I agree with those who are concerned, about the 15/16 conferences, to avoid single focus on finance questioning. I agree with Mar Velez that spoke out in other forum. The main stress of my concern supporting BI is not about serving money to poor people. It is about decreasing the relevance of money as a moral value in our western cultures.

The last decades, cooperative and solidary economies have been tackled out of free finance access – they depend on short run NGO projects, state or private funded. And strictly controlled on submission grounds for activists. At our stage of development, only State and corporation (private economy) get big money from everyone without shame or stigma of being subsidized.

Else solidary economy has free access to finance world, else powerful solidary finance system is available, no BI will free people from the other two ways of doing economy. That is why I think Miguel´s finance proposal to build a Citizen Fund on citizen revenues, transparent and out of the hands of the State, out of control of Corporations, is a good way of thinking about BI. Not equal to other funding solutions, such as State of private funding depending schemes.

Animar a economia e a sociedade portuguesas

O terceiro sector tem sido negligenciado face à economia estatal e à economia privada. O Rendimento Básico Incondicional é, também, uma forma de financiar o terceiro sector, libertando pessoas que escolham a solidariedade, em vez de as condenar à indigência ao primeiro obstáculo.

A desertificação do interior, que antecede a ameaça de desertificação climática, pode ser contrariada com uma política de apropriação do território pelos seus legítimos possuidores: os que tenham amor à terra e se sintam felizes a defende-la e modernizá-la, em vez de terem que emigrar.

Fazer retroceder avançando

António Pedro Dores, sociólogo, activista pelos direitos humanos e pelo RBI, sócio da Animar

O terceiro sector tem sido negligenciado face à economia estatal e à economia privada. Praticamente não tem financiamento. Ou o pouco financiamento que tem é de molde a tornar o terceiro sector semelhante ao sector estatal ou ao sector privado, onde a solidariedade é uma referência distante. Tantas vezes meramente hipócrita. O Rendimento Básico Incondicional (rendimentobasico.pt) é, para além de outras potencialidades, uma forma de financiar o terceiro sector através de autofinanciamento de pessoas livres de escolher a solidariedade como mote das suas vidas.

O que precisamos é fazer retroceder os complexos mecanismos socioeconómicos que levaram à secundarização dos afectos e, em particular, da solidariedade na vida quotidiana e profissional, em nome de uma racionalização frequentemente bem pouco racional. O que não quer dizer que o desejemos ou possamos fazer reanimando um passado que já nem existe.

Nesta perspectiva fazemos uma breve incursão pelo território, dividido actualmente entre interior abandonado e litoral superpovoado, contra os desejos declarados dos políticos e para desconforto das populações, no interior e no litoral.

Urbanizar o interior, cuidar do património

Desde os anos 80, quando chega a altura de apresentar as suas políticas de planeamento do território, os governos sempre anunciam a modernização do interior. Mas a realidade nunca lhes deu razão. Até que o governo de Passos Coelho e Porta assumiu o desinteresse pelo assunto. “Os jovens que emigrem!”. O próprio Estado debanda do interior. Deitou a toalha ao chão, como se costuma dizer.

O modelo de crescimento da economia centrada na dominação das grandes empresas supranacionais sobre os Estados, em torno de grandes metrópoles, de onde se olha o mundo e as pessoas como recursos escassos, porque sempre imperfeitos (pessoas e territórios tomados como depósitos do lixo e dos traumas externalizados pela irresponsabilidade moral reinante), leva-nos os filhos e os netos, por necessidade, para cada vez mais longe. A globalização faz de Lisboa ou Porto centros metropolitanos de terceira linha, sobretudo vivos por treinarem parte de um exército proletário de reserva, altamente qualificado, culturalmente subserviente, capaz de manter sociedades em falência técnica nas metrópoles mais poderosos e concentracionárias do mundo.

A sociedade de mérito, centrada nos certificados escolares, para a qual as famílias não regateiam esforços (somos o país da Europa cujas famílias mais pagam para pôr os seus filhos a estudar), faliu em Portugal. Ser excelente enfermeiro ou médico ou engenheiro ou arquitecto ou sociólogo de pouco serve como seguro de vida. Resta, para os crentes nas sociedades meritocráticas (na verdade ficções que mobilizam), ir viver para as metrópoles onde os certificados são válidos e tenham necessidade de profissionais agradecidos e motivados pelo isolamento social e cultural que a emigração significa.

É claro, porque a experiência no-lo mostrou, como os fluxos migratórios do campo para as cidades, e destas para as metrópoles, e destas para as maiores entre elas, são fluxos persistentes e de longo prazo. Não faz sentido contrariar na sua dimensão modernizadora – mais liberdade de escolha, mais cosmopolitismo, mais oportunidades de concurso, mais oportunidade de aprendizagem e experiências existenciais. Os desconfortos emocionais e das desestabilizações identitárias próprias dos emigrantes, estrangeiros para sempre nos países de acolhimento e nos países de origem, podem ser custos pequenos se os benefícios forem maiores.

Ninguém se livra, porém, dos conflitos culturais intergeracionais sobre o retorno ao passado dos mais velhos, desejado por uns e por outros. Por estarem velhos e se lembrarem dos bons momentos da juventude. Por serem jovens e quererem conhecer as suas raízes. Cabe-nos a todos, enquanto portugueses, cultivar motivos de orgulho nacional a partir dos respectivos territórios de origem. Em vez de os abandonar para cenários de festas e fogos de Verão.

Não faz sentido defender a aldeia de onde (quase) todos ainda há poucos anos saímos, nem os seus controlos sociais tradicionais, actualmente absurdos e intoleráveis. Não faz sentido instituir a política de substituição de populações autóctones por populações migrantes oriundas de África ou da Ásia. Nem parece sensato vender o território para a exploração de empresas produtoras de bens transacionáveis, como se tornou moda dizer. Porque o exemplo de África, a esse respeito, é desencorajador: exploração e desertificação populacional e territorial. Porque quereríamos passar a ter empresas dependentes de circuitos comerciais globais que nos roubam as sementes e as culturas, para as nos revenderem tratadas fora do nosso controlo, empobrecendo-nos (como a política da Troika mostrou como é) e explorando-nos a partir da posição de clientes exclusivos?

Rendimento Básico Incondicional – um direito

Comecemos pelo fim. Pela ansiedade que sempre causa o dinheiro. Se chega ao fim do mês. Se estará disponível perante uma necessidade urgente, nossa ou de um familiar. O mistério: de onde virá o dinheiro? Quem, qual Deus, tem a capacidade de trazer valor às nossas vidas?

A ideia, exposta pela primeira vez no século XVIII por Thomas Pain, inspira muitas propostas que são alvo de debate político na perspetiva da adopção da medida. Neste momento em curso no Canadá, na Suiça e na Finlândia. Em geral, o Rendimento Básico Incondicional (RBI) (não confundir com rendimentos de inserção condicionados a circunstâncias de carência comprovada, pretexto para o controlo social) é a tradução prática de direitos que existem como letra morta na constituição.

O RBI não é desenhado para resolver a pobreza. Nem como uma política de fomento económico. É concebido como um direito. Direito à dignidade de cada um tomar as suas decisões sobre a sua própria vida.

A concretização do RBI é fácil – depende apenas da vontade política – e as consequências só podem ser positivas: liberdade de escolha de estilo de vida e de mobilidade geográfica, capacidade de opção de investimento no sector solidário para aqueles que já nele trabalham e mais os muitos outros que poderiam passar a vê-lo como uma alternativa real à função miserável de servir nas fileiras de exército proletário de reserva.

Se essa política não foi aplicada até hoje não é por falta de recursos. É porque a liberdade limitada é condição da persistência das economias estatais e privadas, tal como as conhecemos hoje. As primeiras destas distinguem-se pela segurança nas carreiras e as segundas pela recompensa dos desempenhos ao serviço dos interesses do capital. Nenhumas delas vêm com bons olhos a concorrência de economias solidárias, que na prática são marginalizadas e ostracizadas.

O neoliberalismo tem desenvolvido um ataque profundo e efectivo ao sector estatal. A insegurança, não apenas criminal mas económica e existencial campeiam como a peste negra. Por isso o RBI reemergiu agora como escape para as políticas de concentração económica e populacional levadas hipocritamente à prática pelos alegados defensores da liberdade só para alguns. De facto, convencidos de serem senhores do mundo por mérito próprio.

Todos os cidadãos têm direito a condições de existência dignas. Porém, não é preciso ser cientista para saber que esse direito não é respeitado. Nem sequer considerado. Com a riqueza existente é impossível organizar o RBI? Interpretado como um direito irrevogável, contribuirá de forma decisiva para um funcionamento humano das sociedades humanas.

Terá, imediatamente, o efeito de pôr cobro à miséria, sem poder ser responsabilizado por um combate à pobreza que terá de ser mais demorado e profundo. Animará a economia, na medida em que aumentará o consumo de bens essenciais, para cobrir as necessidades básicas dos que até agora não tem condições para o fazer. A prazo, as crianças deixam de ser educadas como se fossem meros instrumentos das políticas de empregabilidade. A aprendizagem ao longo da vida poderia ser pensada como serviço público para todos. Já não para servir de convento para os professores, que desconhecem como se processa a vida fora das escolas, mas para servir as comunidades locais com a troca de saberes entre pessoas vividas e capazes de reflexão autónoma, para benefício geral. Nem só as universidades seriam centros de desenvolvimento: todas escolas deveriam sê-lo, em âmbitos etários e territoriais distintos e articulados entre si.

Actualmente não é possível compatibilizar políticas consumistas e o respeito das populações, das pessoas e dos ambientes. Mas será possível, querendo, lutando por isso, organizar a produção e o consumo em função das necessidades e desejos se todos e cada um tiverem direito ao auto reconhecimento e à liberdade de expressão. A austeridade será bem-vinda se nos libertar do indesejável da vida moderna, como o empobrecimento dos miseráveis e o abandono de si mesmo aos diktats dos imperadores. Saibamos oferecer-nos essa dignidade.

Finanças

Um estudo para Portugal, para 2012,[[1]](#footnote-1) concluiu que se se distribuir metade dos rendimentos do IRS por todos os cidadãos, corresponderia um RBI individual de 334 euros. Quer dizer: seria como se toda a gente descontasse metade dos seus rendimentos, para um tesouro que depois seria distribuído igualmente por todos. Quem não tivesse rendimentos ficaria com o RBI inteiro. Quem ganhasse 500 euros por mês, descontaria 250 euros e receberia 334 euros de RBI: ficaria com 584 euros. Quem ganhasse 1000 euros, descontaria 500 euros e ficaria com 834 euros no fim do mês. E assim sucessivamente. Comparando com os impostos actuais, os maiores rendimentos perderiam 7%, com este processo. A generalidade das pessoas, com mais baixos rendimentos, ganharia.

Tal processo custaria 9 mil milhões de euros ao orçamento de Estado. Dos quais 70% seriam pagos directamente pelas medidas que se tornariam redundantes, como o rendimento social de inserção e os custos de manutenção do sistema assistencialista. Os outros 30% teriam de ser custos a assumir politicamente, seja com previsões de benefícios fiscais pela luta contra a corrupção ou a animação da economia que o RBI facilitaria. Já que todas as pessoas passariam a ter interesse directo no crescimento dos rendimentos gerais.

Há muitas outras formas de financiar em complemento. O imposto sobre as propriedades, o IVA, a taxa Tobin, etc. O cálculo orçamental poderá ainda incluir as estimativas de benefícios em termos de redução de despesas com acidentes, crimes, e outros problemas sociais, que se podem esperar no imediato aquando da aplicação de uma medida do género. Mas o RBI, se for promovido com o objectivo de promover a dignidade, não deve tocar na Segurança Social, tesouro dos trabalhadores assalariados alvo de ataques nas últimas décadas.

O RBI pode ser um arranjo financeiro neutralizável no seu impacto orçamental. Mas pode ser também, ao mesmo tempo, a base para uma transformação das sociedades modernas. Moldada pela dignidade, e pela liberdade individual e de iniciativa para todos.

Migração em sentido reverso

A vida actual nas aldeias é urbana e rural ao mesmo tempo. Os novos meios de transporte e comunicações assim o permitem e impõem. As velhas comunidades aldeãs deixaram de existir. Viver nas aldeias pode mesmo ser mais agradável e saudável que nas cidades. Mas as aldeias sofrem da falta de esperança e de respeito promovidas pelo abandono.

O recuo do Estado abre espaço às iniciativas locais. Para as quais é preciso ambição e apoios. A partir das metrópoles. A partir de sociedades civis autónomas e economias solidárias sustentáveis. Para o que o direito RBI contribuiria indirectamente, caso as pessoas, individualmente, fossem livres para organizar a sua vida.

O RBI não é pensado para resolver o problema do abandono da interioridade. Mas até poderá resolvê-lo. Imagine-se que, para combater a crise, Portugal tinha adoptado o RBI, ao mesmo tempo que as políticas recessivas. Seria ou não possível e provável que alguns dos jovens que emigraram o poderiam fazer mas para a terra de seus pais, para animar a vida das aldeias, e as suas próprias vidas, com a valorização das memórias e dos afectos que não irão encontrar no estrangeiro? Com o valor do RBI, mais algum rendimento criado localmente, mesmo que precário e irregular, a vida no interior poderia facilmente rejuvenescer e animar. Até as empresas de serviços de internet e de comunicações poderiam passar a estar interessadas em servir em condições as zonas actualmente desertificadas. O Estado lembrar-se-ia do interior porque a isso imporia o reconhecimento da dignidade de quem lá vive.

Quem ficaria nas zonas degradadas das cidades havendo a possibilidade de viver melhor fora das cidades? Porque razão é preciso viver nas metrópoles para ter acesso a oportunidades para melhorar a vida?

1. http://rendimentobasico.pt/index.php/como/ [↑](#footnote-ref-1)